

Relatório da Administração - 2021

Enel Green Power Cachoeira Dourada

24 de fevereiro de 2022

Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/pt/investidores.html> | brasil.investorrelations@enel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1 PERFIL

A Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. é uma geradora hidrelétrica situada no Rio Paranaíba, no município de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, distante 240 km de Goiânia. Criada na década de 1950 e constituída como sociedade anônima de capital fechado, foi adquirida em 1997 pelo Grupo Endesa España, e posteriormente, passou a ser controlada pelo Grupo Enel, que possui 99,61% de seu capital total. A Companhia atua também como comercializadora e possui autorização para importar energia da Argentina e do Uruguai, destinada ao Mercado de Curto Prazo brasileiro, até 31 de dezembro de 2022.

Com 658 MW de capacidade instalada, subdivididos em 10 unidades geradoras, possui 394 MWm de energia assegurada. Em 2021, a usina gerou 1.632 GWh (2.866 GWh em 2020), de acordo com despacho do ONS.

A usina Cachoeira Dourada conta com 6,3 km de linhas aéreas de transmissão, sendo 2,8 km de média-tensão e 3,5 km de alta-tensão.

2 CONTEXTO SETORIAL E REGULATÓRIO

Proposta de solução para a falta de liquidez do mercado no curto prazo

A partir de 2015, o mercado brasileiro de curto prazo enfrentou um cenário de judicialização que resultou no travamento das liquidações financeiras no âmbito da CCEE. Ao longo daquele ano, diversas liminares na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho térmico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo, devido a fatores não gerenciáveis não relacionados ao risco hidrológico. Dessa forma, as liminares isentavam os geradores hidráulicos de pagar suas dívidas no mercado de curto prazo, valor que atingiu cerca de R\$ 10 bilhões.

Após a publicação da Lei nº 14.052, em 8 de setembro de 2020, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, em 1º de dezembro/2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 895/2020 (REN 895/2020) para regulamentar a compensação de riscos não hidrológicos assumida por hidrelétricas entre 2013 e 2020. Após apuração dos ativos regulatórios pela CCEE e ANEEL ao longo do primeiro semestre de 2021, os agentes firmaram o acordo de repactuação mediante desistência das discussões no âmbito judicial. Esse acordo resolveu o impasse dos geradores hidráulicos na Justiça e restaurou a liquidez no mercado brasileiro no curto prazo. Atualmente, resta um passivo no mercado de curto prazo de R\$ 1 bilhão. Como próximos passos, a ANEEL precisa publicar despachos para postergar o fim das outorgas de autorização e assinar aditivos para postergar o fim dos contratos de concessão.

Para Cachoeira Dourada, o final da Concessão será postergado em 782 dias, encerrando em 02/11/2029, mediante aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/1997 de 12/09/1997.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

REN 899/2020 – Alocação de energia no MRE

Em 4 de dezembro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa (“REN”) nº 899 que altera a REN nº 584 com as definições de alocação de energia do MRE (“Mecanismo de Realocação de Energia”) para os próximos anos.

A REN estabelece que até dezembro de 2026, continuarão existindo dois tipos de alocação: uma para lastro e outra para o MRE. Até esse ano, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia no MRE passarão a ter uma limitação entre 80% e 120% da geração média dos últimos cinco anos para cada usina. A partir de janeiro de 2027, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia no MRE devem atender ao perfil de geração média do MRE dos cinco anos anteriores ao de vigência da sazonalização da garantia física.

No mesmo dia, a ANEEL também publicou a Resolução Normativa nº 898, que estabelece o tratamento regulatório para as exposições financeiras de energia secundária no MRE.

2 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Operacionais

	2021	2020	Variação	Var. %
Capacidade instalada (MW)	658	658	-	0,0%
Energia assegurada (Garantia Física) (MW)	394	394	-	0,0%
Geração de energia elétrica - Total (GWh/ano)	1.632	2.866	(1.234)	-43,1%
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	7.297	11.647	(4.350)	-37,4%
Investimento Total (R\$ Mil)	4.191	7.909	(3.718)	-47,0%

Número de Colaboradores

	2021	2020	Variação	Var. %
Número de colaboradores próprios	86	124	(38)	-30,6%
Número de colaboradores parceiros	261	63	198	314,3%
Total	347	187	160	85,6%

Indicadores Patrimoniais

	2021	2020	Variação	Var. %
Ativo total (R\$ Mil)	2.098.547	3.754.144	(1.655.597)	-44,1%
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	439.752	694.060	(254.308)	-36,6%
Valor patrimonial por ação (R\$)	0,15	0,24	(0,09)	-36,6%

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

O índice de disponibilidade acumulado de 2021 foi de 94,9% (95,5% em 2020). Além da geração própria, a Companhia comprou energia por meio de contratos bilaterais e no mercado Spot para operações de comercialização.

4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Valores em R\$ Mil

	2021	2020	Variação	Var. %
Receita Operacional Bruta (1)	1.814.585	2.197.128	(382.543)	-17,4%
Deduções da Receita Bruta	(798.110)	(448.327)	(349.783)	78,0%
Receita Operacional Líquida	1.016.475	1.748.801	(732.326)	-41,9%
Custo do Serviço e despesas operacionais	(761.886)	(1.118.581)	356.695	-31,9%
EBITDA (1)	338.678	693.795	(355.117)	-51,2%
Margem EBITDA	33,32%	39,67%	-	-6,35 p.p
EBIT (2)	254.589	630.220	(375.631)	-59,6%
Margem EBIT	25,05%	36,04%	-	-10,99 p.p
Resultado Financeiro	(232.683)	(30.573)	(202.110)	661,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.386)	(201.375)	192.989	-95,8%
Lucro Líquido	13.521	398.272	(384.751)	-96,6%
Margem Líquida	1,33%	22,77%	-	-21,44 p.p
Lucro Líquido por ação (R\$)	0,00	0,14	(0,13)	-96,6%

(1) Inclui importação de energia

(1) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização

(2) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

A receita operacional bruta de 2021, incluindo receita com importação de energia, apresentou uma redução de R\$ 382,5 milhões em relação ao ano de 2020, explicado, principalmente, pela redução significativa do volume de energia comercializada atribuída à crise hídrica, que afetou a capacidade de geração de energia das hidrelétricas.

Os custos do serviço e despesas operacionais apresentaram uma redução de R\$ 356,7 milhões em relação ao ano anterior, explicado, principalmente, pelo (i) menor custo com energia elétrica comprada para revenda (incluindo partes relacionadas), cuja variação registrada foi de R\$ 388,8 milhões.

Estas variações resultaram em uma redução de R\$355,1 milhões no EBITDA, que alcançou R\$ 338,7 milhões em 2021 (R\$ 693,8 milhões em 2020).

O resultado financeiro líquido apresentou um saldo negativo de R\$ 232,7 milhões em 2021, representando um aumento de R\$ 202,1 milhões frente ao ano anterior, devido, principalmente à maior despesa com variações monetárias ativas e cambiais passivas, fechando 2021 com um resultado líquido de R\$ 159,8 milhões em razão do aumento substancial das transações de importação de energia ocorridas em dezembro de 2021.

Em decorrência dos efeitos acima mencionados, o lucro líquido da Companhia encerrou o exercício de 2021 em R\$ 13,5 milhões, 96,6% inferior ao apresentado em 2020 (R\$ 398,3 milhões).

5 INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2021 somaram R\$ 4,2 uma redução de R\$ 3,7 milhões em comparação com o volume investido em 2020. A diminuição do investimento deve-se, principalmente, à finalização das principais atividades relacionadas à segurança de barragem em 2019 e 2020. Em 2021, um dos focos foi em modernização das turbinas. Além disso, a necessidade de investimentos em sistemas foi menor em 2021.

6 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*

A Enel Green Power Cachoeira Dourada tem a sustentabilidade na estratégia do seu negócio e sempre busca conhecer as necessidades e expectativas do público das suas áreas de influência para a efetiva ação social e apoio ao desenvolvimento regional. O Plano de Sustentabilidade, importante ferramenta estratégica que utilizamos, é revisto anualmente, tem a participação de diversas áreas e reafirma o compromisso e o potencial da empresa em contribuir com o desenvolvimento sustentável do país e com a geração de valor para acionistas, colaboradores, clientes, comunidades, fornecedores e governo. A sustentabilidade faz parte não só da natureza do nosso negócio, mas também da nossa estratégia corporativa.

A atuação da empresa está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030 das Nações Unidas com o propósito de acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e prosperidade. Estamos especialmente comprometidos com seis dos 17 ODS: Educação de Qualidade (ODS 4); Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Por meio dos projetos de Sustentabilidade junto às comunidades com as quais a Enel Green Power Cachoeira Dourada se relaciona no território, em 2021, a empresa beneficiou por meio de 4 projetos, cerca de 300 pessoas. Face ao período do distanciamento social em razão da pandemia do COVID-19, a forma de interagir com as comunidades foi adaptada e foram ampliados os canais com a implantação de uso de meios digitais. Entre os projetos realizados no ano, destacam-se:

Enel Compartilha Atitude Verde – Escola Sustentável: de modo a impulsionar a cultura da sustentabilidade no município de Cachoeira Dourada de Goiás, a empresa, por meio do programa **Enel Compartilha Atitude Verde**, patrocina desde 2016 o projeto Escola Sustentável, realizado no Colégio Estadual Inácio Pinheiro Paes Leme. O projeto consiste em ações de conscientização ambiental por meio das práticas realizadas em horta escolar implementada, palestras educativas e ações de conscientização para a cidadania que extrapolam os muros da escola e que tem se ampliado a cada ano. As atividades visam estimular o despertar da consciência ambiental entre os alunos e moradores, por meio da horta, uma usina de compostagem dentro das instalações da escola, propiciando a produção orgânica de alimentos para o consumo na merenda escolar e doações para a comunidade. Além disso, de maneira inovadora e a partir do engajamento de todos os alunos e professores, também são desenvolvidas ações nas comunidades locais, por meio de palestras, plantio de mudas, coleta de resíduos e ações de cuidado com as margens da represa localizada no município e compartilhada com a usina, promovendo, desta forma, a integração escola-comunidade e empresa, dentro de uma cultura de sustentabilidade. Atualmente o projeto beneficia 235 alunos.

Enel Compartilha Atitude Verde - Associação dos Pescadores: Outra iniciativa é a parceria com a Associação de Pescadores Locais que visa a expansão das ações dos pescadores para melhoria de renda e qualidade de vida. A parceria com EGP Cachoeira Dourada tem permitido a execução de melhorias na estrutura física da associação além de oficinas para o desenvolvimento técnico dos associados. Os pescadores também são envolvidos nas atividades da usina com a manutenção do reservatório, com o intuito de trazer aproximação e parceria para as ações nesse espaço com a troca de conhecimento com as comunidades.

Enel Compartilha Cultura: No Colégio Estadual Inácio Pinheiro Paes Leme, em Cachoeira Dourada de Goiás, a Enel Green Power Cachoeira Dourada também manteve duas outras iniciativas, de apoio à educação e ao esporte local, a **Fanfarra da Escola** e o **Grupo de Voleiros** e ações de estrutura para esporte e lazer, com o intuito de trazer temas transversais ao desenvolvimento dos alunos. Os dois projetos juntos beneficiam cerca de 70 alunos.

Parceiro Responsável: Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2021, foram capacitadas 1.243 pessoas de 374 empresas fornecedoras, além de 176 colaboradores Enel, incluindo compradores e gestores de contrato. Entre os temas, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Conceitos ESG, Direitos Humanos, Gestão Ambiental, Economia Circular, Sistema de Gestão Integrado e Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) à estratégia das empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos

Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2021, o Plano de Ação teve um avanço de 69% das atividades planejadas para o biênio.

Rede do Bem: A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançada em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos nossos colaboradores e de milhares de pessoas que beneficiamos nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2021, o programa beneficiou 16 mil pessoas com a atuação de 2 mil voluntários nas 35 atividades, divididas entre “Campanhas Sazonais” (surtem ao longo do ano, como arrecadação de doativos, apoio em enchentes, material escolar, etc.), “Diversidade” (Mulheres de Energia - Encontros com estudantes do ensino médio e superior, o qual voluntárias da Enel falam sobre carreira e vida profissional) e “Natal com Propósito”, onde a Enel mais uma vez foi doadora e embaixadora da campanha Natal sem Fome da ONG Ação da Cidadania.

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: Criado com o objetivo de difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor – incentivando colaboradores, fornecedores, clientes e sociedade a adotar atitudes sustentáveis e criar valor compartilhado. Inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), e esse ano com um foco especial em *Conceitos e Aplicação ESG na Enel*, o programa se desdobra em 4 frentes: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano, e em 2021, alcançou mais de 10 mil participações entre os 56 eventos da iniciativa em todo o Brasil – número 130% maior quando comparado a 2020. Foram convidados mais de 40 especialistas externos e internos sobre as diversas temáticas tratadas nos debates, dinâmicas e palestras realizados no ano.

Certificações:

A Enel Green Power Cachoeira Dourada conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional e a 37001 em gestão antissuborno.

RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES*

100 Open Startups

Somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios ente grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem Open Innovation no país.

Empresa Amiga da Criança

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento as diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do governo federal. A iniciativa avalia empresas em relação a práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal e novamente premiada no biênio 2020/2021.

Empresa Mais Digital de 2021

Prêmio concedido pelo +Digital Institute, reconhece as companhias mais bem posicionadas para enfrentar os desafios e colher as oportunidades do mundo digital, em eventos no quais são promovidas palestras, além de trilhas de conteúdo, salas de negócios e materiais sobre as melhores práticas de transformação digital.

Certificação Top Employer

Pela terceira vez consecutiva, a Enel Brasil foi certificada como uma empresa Top Employer. A certificação, realizada pelo Top Employers Institute, é internacional e avalia práticas de gestão de RH e condições dos colaboradores dentro das organizações.

Anuário Época Negócios 360

Em 2021, a Enel Brasil foi destaque no Anuário Época Negócios 360º, uma das mais importantes premiações do País, que ranqueia as 300 melhores companhias brasileiras. Fruto de uma parceria entre a revista Época e a Fundação Dom Cabral, a publicação contempla diferentes setores, entre eles, o de Energia. Na dimensão de Sustentabilidade, a Enel ficou na 15ª posição entre as 300 empresas listadas no Guia de todos os setores.

Reconhecimento do Pacto Global sobre Práticas Empresariais de Direitos Humanos

O processo de Due Diligence de Direitos Humanos da Enel foi selecionado pelo Pacto Global do Brasil e pelo Escritório Regional do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos entre as 12 melhores práticas empresariais sobre o tema, em 2021. O processo de seleção envolveu uma chamada pública para as empresas apresentarem suas práticas, e as melhores foram selecionadas para compor uma publicação histórica e exclusiva de cases sobre Empresas e Direitos Humanos, em comemoração aos 10 anos de lançamento dos “Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos”.

8 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionistas	2021		2020	
	Ações	%	Ações	%
Enel Brasil S.A.	2.914.518.720	99,61%	2.914.518.720	99,61%
Ações em Tesouraria	4.346.357	0,15%	4.346.357	0,15%
Não Controladores	7.185.789	0,24%	7.185.789	0,24%
Total	2.926.050.866	100,00%	2.926.050.866	100,00%

9 AGRADECIMENTOS

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2021 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração.

10 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Roberta Bonomi	Diretor Presidente
Raffaele Enrico Grandi	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Fabio Destefani Campos	Diretor de Usina
Vago	Diretor de Gestão de Energia e Comercialização
Raffaele Enrico Grandi	Diretor de Assessoria Tributária
Janaina Savino Vilella Carro	Diretora de Comunicação
Alain Rosolino	Diretor de Recursos Humanos e Organização
Vago	Diretora Jurídica
José Nunes de Almeida Neto	Diretor de Relações Institucionais
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretora de Regulação
Vago	Diretora de Compras

Conselho de Administração

Presidente
Conselheiro
Conselheira

Membros

Roberta Bonomi
Julia Freitas de Alcântara Nunes
Marcia Massotti de Carvalho

Relações com Investidores

Fábio Romanin

Contador Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5

Eletropaulo



Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.

EGP Cachoeira Dourada

CNPJ: 01.672.223/0001-68

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Com relatório do auditor independente

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.157.435	588.537
Títulos e valores mobiliários	5	20.493	58.191
Contas a receber	6	97.965	2.352.295
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7	17.337	18.548
Outros tributos compensáveis	7	1.303	1.137
Serviços em curso		4.417	3.414
Empréstimos com partes relacionadas	14	141.462	-
Instrumentos financeiros derivativos	22	4.823	9.301
Outros créditos	8	24.918	22.075
Total do ativo circulante		<u>1.470.153</u>	<u>3.053.498</u>
Não circulante			
Depósitos vinculados a litígios	15	25.809	25.887
Instrumentos financeiros derivativos	22	2.977	-
Imobilizado	9	304.909	349.283
Intangível	10	294.699	325.476
Total do ativo não circulante		<u>628.394</u>	<u>700.646</u>
Total dos ativos		<u>2.098.547</u>	<u>3.754.144</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	1.188.632	2.198.741
Empréstimos e financiamentos	13	470	-
Obrigações por arrendamentos		358	251
Salários, provisões e encargos sociais		7.734	7.640
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	-	36.493
Outras obrigações fiscais	12	10.306	21.261
Encargos setoriais		13.223	12.291
Dividendos a pagar	16	133.455	368
Risco hidrológico - GSF	1	-	607.644
Instrumentos financeiros derivativos	22	6.993	20.131
Cauções e garantia		27.426	36.438
Outras obrigações		6.092	4.049
Total do passivo circulante		<u>1.394.689</u>	<u>2.945.307</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	174.551	-
Obrigações por arrendamentos		218	159
Tributos diferidos	20	80.879	104.331
Provisão para processos judiciais e outros	15	8.383	6.211
Outras obrigações		75	4.076
Total do passivo não circulante		<u>264.106</u>	<u>114.777</u>
Patrimônio líquido	16		
Capital social		64.340	64.340
Reserva de capital		346.839	346.839
Reservas de lucros		29.829	274.371
Ações em tesouraria		(278)	(278)
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial		(978)	8.788
Total do patrimônio líquido		<u>439.752</u>	<u>694.060</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.098.547</u>	<u>3.754.144</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	2021	2020
Receita líquida	17	1.016.475	1.748.801
Custo do serviço	18	<u>(728.669)</u>	<u>(1.093.577)</u>
Lucro bruto		<u>287.806</u>	<u>655.224</u>
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	18	(10.422)	(12.726)
Despesas gerais e administrativas	18	(14.801)	(11.302)
Provisão para devedores duvidosos		<u>(7.994)</u>	<u>(976)</u>
Total das despesas operacionais		<u>(33.217)</u>	<u>(25.004)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		254.589	630.220
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	146.409	92.044
Despesas financeiras	19	<u>(379.091)</u>	<u>(122.617)</u>
		<u>(232.682)</u>	<u>(30.573)</u>
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		<u>21.907</u>	<u>599.647</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	20	(35.016)	(107.106)
Diferidos	20	26.630	(94.269)
Lucro líquido do exercício		<u>13.521</u>	<u>398.272</u>
Lucro por ação			
Ação ordinária	16	0,00163	0,04797
Ação preferencial	16	0,00299	0,08815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	13.521	398.272
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	9.348	(10.438)
Imposto diferido sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	(3.178)	3.549
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>19.691</u>	<u>391.383</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial	Total
	Capital Social	Ações em tesouraria	Doações e		Reserva Legal	Reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais			
			Subvenções para investimentos	Especial Lei nº 8.200/91						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	64.340	(278)	126.831	219.970	38	7.693	43.201	-	40.641	502.436
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	398.272	-	398.272
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	142	-	142
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	37.824	(37.824)	-
Tributos diferidos sobre custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	(12.860)	12.860	-
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(43.201)	-	-	(43.201)
Perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.438)	(10.438)
Impostos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	3.549	3.549
Destinações										
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(11.500)	-	(11.500)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	-	(145.200)	-	(145.200)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	266.678	(266.678)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	64.340	(278)	126.831	219.970	38	7.693	266.678	-	8.788	694.060
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	13.521	-	13.521
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	58	-	58
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	24.145	(24.145)	-
Tributos diferidos sobre custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	(8.209)	8.209	-
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(266.678)	-	-	(266.678)
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	9.348	9.348
Impostos diferidos sobre ganhos em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.178)	(3.178)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(7.379)	-	(7.379)
Dividendos adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	22.136	(22.136)	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	64.340	(278)	126.831	219.970	38	7.693	-	22.136	(978)	439.752

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	13.521	398.272
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	7.994	976
Custo com instrumentos financeiros derivativos	-	3.152
Atualização financeira de depósitos judiciais	-	(460)
Adições (reversões) da Provisão para processos judiciais e outros	1.339	603
Atualização da Provisão para processos judiciais e outros	1.333	592
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	4.636	-
Variações monetárias e cambiais	1.750	43
Depreciação e amortização	84.089	63.575
Repactuação do GSF	(607.644)	(312.474)
Atualização monetária GSF	-	109.734
Imposto de renda e contribuição social correntes	35.016	107.106
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(26.630)	94.269
	(484.596)	465.388
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	2.246.336	(1.988.699)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis e Outros tributos compensáveis	1.045	(2.826)
Serviços em curso	(1.003)	285
Depósitos vinculados a litígio	78	175
Outros créditos	(5.820)	3.154
(Aumento) redução nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(1.010.109)	2.012.922
Salários, provisões e encargos	94	1.047
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(8.926)	4.368
Risco hidrológico - GSF	-	(1.928)
Programa de pesquisa e desenvolvimento	-	(634)
Pagamento da provisão para processos judiciais e outros	(500)	(32)
Cauções em garantia	(9.012)	8.698
Outras obrigações	(1.026)	(10.945)
	726.561	490.973
Pagamentos de juros de empréstimos e debêntures	(1.365)	-
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	688	(3.152)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(73.538)	(97.317)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	652.346	390.504
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	37.698	27.317
Aquisição para o ativo intangíveis e imobilizado	(8.938)	(8.388)
Empréstimos e financiamentos concedidos partes relacionadas	(141.462)	-
Caixa líquido gerado (usado) pelas atividades de investimento	(112.702)	18.929
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento		
Captação empréstimos e financiamentos	230.000	-
Juros sobre capital próprio pagos	-	(11.500)
Dividendos pagos	(140.912)	(188.292)
Pagamentos de principal de empréstimos e debêntures	(60.000)	-
Pagamento de obrigações por arrendamento	166	(282)
Caixa líquido gerado (usado) pelas atividades de financiamento	29.254	(200.074)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	568.898	209.359
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	588.537	379.178
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.157.435	588.537
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	568.898	209.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (“Companhia” ou “EGP Cachoeira Dourada”), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rodovia GO 206 – KM 0, Cachoeira Dourada, Goiás, controlada pela Enel Brasil S.A., tem como objeto social a realização de estudos, projeções, construção, instalação, operação e exploração de usinas geradoras de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio. A Companhia poderá ainda promover ou participar de outras sociedades constituídas para produzir energia elétrica, dentro ou fora do Estado de Goiás, mediante a subscrição de qualquer número de ações ou quotas sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia firmou em 11 de setembro de 1997 o contrato de concessão 11/1997, com prazo de duração de 30 anos, para exploração das Centrais Elétricas Cachoeira Dourada, usina hidrelétrica composta por 10 unidades geradoras, 658 MW de capacidade instalada e com garantia física de 394 MW.

Através da Portaria nº 226, de 28 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 2 de junho de 2020, a Companhia foi autorizada pelo Ministério de Minas e Energia a importar energia da Argentina e do Uruguai, sendo a autorização válida até 31 de dezembro de 2022. A energia importada é destinada ao Mercado de Curto Prazo brasileiro, nos termos da Portaria MME nº 339/2018, em montantes estabelecidos pelo ONS – Operador Nacional do Sistema, no sentido de reduzir os custos de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional.

A Companhia e a Enel Trading S.A (Enel Trading) negociaram a cessão onerosa de determinados contratos de compra e venda de energia da Companhia para a Enel Trading. O tema foi aprovado no Conselho da Administração da Companhia em setembro de 2020 e o contrato de cessão entre as partes assinado em novembro de 2020. Em janeiro de 2021 foi aprovado pelo Conselho da Administração a cessão de outros contratos de compra e venda de energia (contratos adicionais), tendo sido formalizada mediante aditivo assinado entre as partes em março de 2021. A cessão dos contratos aqui mencionados, ocorreu ao longo do exercício de 2021 e o valor total pago pela Enel Trading à Companhia foi de R\$ 4.000.

Repactuação do risco hidrológico - GSF (*Generation Scaling Factor*)

O mercado brasileiro de curto prazo enfrentou problema de liquidez, e desde 2015 diversas liminares na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho térmico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo devido a fatores não gerenciáveis não relacionados ao risco hidrológico. Dessa forma, as liminares que isentaram os geradores hidráulicos de pagar suas dívidas no mercado de curto prazo, chegaram ao patamar de R\$ 8,5 bilhões e representaram ao final de 2020, cerca de 61% do valor contabilizado total do mercado.

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/2020, que alterou a Lei 13.203/2015, para permitir a renegociação e repactuação do risco hidrológico, firmado judicialmente desde 2015, para as usinas que comercializam energia no ACL. Por meio de consulta pública realizada pela ANEEL, em 1º de dezembro, foi aprovada a Resolução Normativa nº 895, que prevê a compensação dos efeitos decorrentes de (i) restrições ao fluxo de energia devido ao atraso na implantação das instalações de transmissão de energia elétrica destinado ao fluxo de energia das plantas estruturantes; (ii) diferença entre a garantia física concedida na fase de comissionamento e os valores efetivos de agregação de cada unidade geradora das grandes concessões hidrelétricas; (iii) geração térmica fora da ordem de mérito; e (iv) importação de energia elétrica.

A regulamentação incorporou pleitos dos agentes de geração, como a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões da outorga da concessão; o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

enquadradas na Lei nº 12.783, de 2013; e a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da geração da UHE Belo Monte.

Interessada na repactuação, a Administração da Companhia, em Reunião do Conselho de Administração realizado em 7 de dezembro de 2020, aprovou a adesão da Companhia aos termos da Lei 14.052/2020, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, dentre elas o comprometimento de não instaurar ações judiciais.

Seguindo o que foi estabelecido na Resolução Normativa nº 895/2020, a ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.919, de 12 de agosto de 2021, homologou o prazo de 782 dias de extensão da outorga e o montante de R\$316.711, o qual está sendo compensado por meio do prazo de extensão da outorga – vide nota explicativa nº 10. Como a Companhia havia apurado e registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$312.474, o efeito no exercício de 2021 foi somente do complemento, no montante de R\$ 4.237. Adicionalmente as pendências de liquidação no âmbito da CCEE foram solucionadas, e os saldos a receber de R\$115.203 e a pagar de R\$ 607.644, foram liquidados.

1.1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Companhia continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Em 23 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo, quando tais avaliações são exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com a taxa de câmbio vigente na data de cada transação. No final do a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

3. Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos

3.1 Principais políticas contábeis

3.1.1 Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece um modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca dos bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

b) Serviços de importação de energia

As receitas de importação de energia são oriundas das atividades de agente importador e tem como objetivo atender situações emergenciais de desequilíbrio energético de carga no Brasil. As receitas são reconhecidas quando entregues no centro de gravidade do SIN conforme os montantes de carga e preços estabelecidos pela ONS. Como agente de importação, a Companhia apresenta o resultado da operação de forma líquida deduzidos dos custos de importação e outros estabelecidos pela Portaria MME nº 339/2018.

3.1.2 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Classificação - ativos e passivos financeiros

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, que por sua vez podem ser acrescidos ou deduzidos por passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, e/ou os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Valor justo por meio do resultado

Nesta categoria encontram-se os certificados de depósito bancário (CDB), operações compromissadas, fundos de investimentos aberto e instrumentos financeiros derivativos (swap).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem os instrumentos financeiros derivativos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de todas os empréstimos indexadas às moedas estrangeiras.

Custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria os valores contas a receber, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e financiamentos.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

c) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

d) Instrumentos financeiros, apresentação líquida

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

e) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

- *Hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa); ou
- *Hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

f) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge designado e qualificado como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na conta "outros resultados abrangentes", enquanto a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como resultado financeiro.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito, vide nota explicativa nº 22.

Quando os contratos a termo são usados como *hedge* das transações previstas, a Companhia geralmente designa a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de *hedge*. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes como custos da reserva de *hedge*. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de *hedge*. Nesses casos, os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de *hedge* de fluxo de caixa.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado.

Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

3.1.3 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nos orçamentos financeiros, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.1.4 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, vide nota explicativa nº 9.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

a) Desmantelamento de áreas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

3.1.5 Custo atribuído (*deemed cost*)

Significativas variações de preços podem ocorrer desde a aquisição dos ativos, o que pode provocar distorções no balanço patrimonial e no resultado. Quando da adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 37 e 43 no que diz respeito ao ativo imobilizado, a Companhia identificou bens relevantes (em termos de provável geração futura de caixa) ainda em operação que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ao seu valor justo em seus saldos iniciais. A provisão de atribuição de custo é aplicável somente na adoção inicial, não sendo admitida revisão da opção em períodos subsequentes ao da adoção inicial.

Os efeitos dos procedimentos de *deemed cost* devem ser contabilizados tendo por contrapartida o patrimônio líquido, nos termos do § 3º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, e a conta de tributos diferidos no passivo, sem efeito no resultado.

3.1.6 Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

GSF (Generation Scaling Factor)

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC-04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC-04, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

3.1.7 Provisão para processos judiciais e outros

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e ambientais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

3.1.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b) Imposto diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos créditos e perdas tributários e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

3.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos cíveis, trabalhistas e ambientais, arrendamentos e instrumentos financeiros.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos e, as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Nota explicativa 6 - Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“Expected Credit Losses – ECL”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“Probability of Default – PD”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“Loss given default – LGD”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

Nota explicativa 20 - Ativo fiscal diferido

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Companhia é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Os ativos fiscais diferidos não prescrevem.

Nota explicativa 15 - Provisões para riscos cíveis

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nota explicativa 21 - Instrumentos financeiros

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao diretor financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

3.3 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

a) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

- (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:
- (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e

(iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

b) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros.

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração do CPC 40 e CPC 48. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de *hedge* para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência. A Companhia não possui transações neste escopo.

3.4 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 15 – Combinação de Negócios	Referência à Estrutura Conceitual e aplicações de escopo quanto ao CPC 25 e ICPC 19.	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Investidor e sua Coligada ou Joint
venture

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e contas correntes bancárias	44.228	22.827
Aplicações diretas		
Operações compromissadas	887.824	233.028
CDB - Certificado de Depósito Bancário	223.412	330.755
Total aplicações diretas	1.111.236	563.783
Fundos exclusivos - operações compromissadas	1.971	1.927
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.157.435	588.537

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, essas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

5. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2021	31/12/2020
Fundos de investimentos não exclusivos	20.322	35.349
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	171	22.842
Total de títulos e valores mobiliários	20.493	58.191

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundo de investimento não exclusivo, classificados como Renda Fixa, que possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.

A Companhia participa como cotista em fundos de investimento exclusivo das empresas do Grupo Enel no Brasil. Os fundos aplicam em títulos do governo e títulos de emissores privados de primeira linha e possuem gestores altamente qualificados que são auditados anualmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber

	A vencer	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2021	31/12/2020
Concessionárias e permissionárias	22.843	10.142	32.985	195.799
Mercado de Curto Prazo	-	-	-	115.203
Mercado de Curto Prazo - importação de energia	6.574	-	6.574	1.879.095
Partes relacionadas (vide nota 14)	67.524	-	67.524	166.677
	96.941	10.142	107.083	2.356.774
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(9.118)	(9.118)	(4.479)
	96.941	1.024	97.965	2.352.295
		Circulante	97.965	2.352.295

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Importação de energia

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia possui autorização para importação de energia da Argentina e do Uruguai. A energia importada é destinada ao Mercado de Curto Prazo brasileiro, nos termos da Portaria MME nº 339/2018, em montantes estabelecidos pelo ONS – Operador Nacional do Sistema, no sentido de reduzir os custos de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional. O saldo de importação de energia em 31 de dezembro de 2021 refere-se aos volumes importados nos meses de novembro e dezembro. A liquidação deste saldo, bem como o saldo a pagar de importação de energia relacionado (nota explicativa nº. 11), ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, respectivamente. No entanto, com relação ao contas a receber das faturas de novembro e dezembro de 2021, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados para a instituição financeira na data da transação com valor de face de R\$ 1.088.364 (R\$ 245.636 em 2020), com desconto de R\$ 6.182.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31/12/2020	Adição	Reversão	Baixa de incobráveis	31/12/2021
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(4.479)	(15.280)	7.286	3.355	(9.118)
	(4.479)	(15.280)	7.286	3.355	(9.118)
			31/12/2019	Adição	31/12/2020
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa		(3.503)	(976)		(4.479)
		(3.503)	(976)		(4.479)

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é constituída nos valores a receber ou saldo da dívida

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

parcelada, a análise realizada pela Companhia é determinada através de avaliações individuais aplicando premissas e políticas consistentes, bem como julgamentos adequados sobre os valores a receber de seus clientes, avaliando os riscos associados a cada cliente e a probabilidade deste deixar de honrar com aquilo que é estabelecido no contrato celebrado entre as partes, essa análise é feita desde o reconhecimento inicial do direito de receber a contraprestação financeira pelo serviço prestado e produto vendido. Adicionalmente, a Companhia também considera no modelo de determinação de perda esperada a existência de garantias reais.

7. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis

O saldo de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 17.337 (R\$ 18.548 em 31 de dezembro de 2020).

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
	Circulante	Circulante
Imposto de renda e contribuição social	17.337	18.548
Total	17.337	18.548

Os outros tributos compensáveis são como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pis e Cofins	1.100	934
ICMS a recuperar	203	203
Total	1.303	1.137

8. Outros créditos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
	Circulante	Circulante
Indenização de seguros	5.685	6.352
Compartilhamento de staff - partes relacionadas (nota 21)	7.559	-
Venda de energia excedente - partes relacionadas (nota 21)	3.265	6.253
Adiantamento a empregados	545	435
Adiantamento a fornecedores	2.313	-
Outros	5.551	8.906
Total	24.918	21.946

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado nos exercícios de 2021 e 2020:

	Vida útil / Tempo	31/12/2020	31/12/2021				Valor líquido
		Valor líquido	Reclassificação	Adição	Depreciação	Baixa	
Em serviço							
Terrenos		1.163	-	-	-	-	1.163
Barragens e adutoras	50	243.081	-	-	-	-	243.081
Edificações	31	108.746	-	-	-	-	108.746
Máquinas e Equipamentos	13	2.249.130	-	-	-	-	2.249.130
Veículos	6	1.019	-	-	-	-	1.019
Móveis e Utensílios	15	1.859	-	-	-	-	1.859
		2.604.998	-	-	-	-	2.604.998
Depreciação acumulada em serviço							
Barragens e adutoras		(187.251)	-	-	(4.321)	-	(191.572)
Edificações		(93.010)	-	-	(1.546)	-	(94.556)
Máquinas e Equipamentos		(2.034.989)	-	-	(42.166)	74	(2.077.081)
Veículos		(949)	-	-	(32)	-	(981)
Móveis e Utensílios		(1.788)	-	-	(14)	-	(1.802)
		(2.317.987)	-	-	(48.079)	74	(2.365.992)
Em curso							
Barragens e adutoras		5.982	(3.510)	-	-	-	2.472
Edificações		3.830	-	96	-	-	3.926
Máquinas e Equipamentos		49.251	3.749	3.665	-	-	56.665
Veículos		2.089	-	-	-	-	2.089
Móveis e Utensílios		738	(520)	-	-	-	218
		61.890	(281)	3.761	-	-	65.370
Arrendamento - IFRS 16							
Edificações	1,83	382	-	510	(359)	-	533
		382	-	510	(359)	-	533
Total do imobilizado		349.283	(281)	4.271	(48.438)	74	304.909

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Vida útil / Tempo	31/12/2019		31/12/2020		
		Valor líquido	Reclassificação	Adição	Depreciação	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos		1.163	-	-	-	1.163
Barragens e adutoras	50	243.081	-	-	-	243.081
Edificações	31	108.746	-	-	-	108.746
Máquinas e Equipamentos	13	2.249.130	-	-	-	2.249.130
Veículos	6	1.019	-	-	-	1.019
Móveis e Utensílios	15	1.859	-	-	-	1.859
		<u>2.604.998</u>	-	-	-	<u>2.604.998</u>
Depreciação acumulada em serviço						
Barragens e adutoras		(182.829)	-	-	(4.422)	(187.251)
Edificações		(91.571)	-	-	(1.439)	(93.010)
Máquinas e Equipamentos		(1.977.759)	-	-	(57.230)	(2.034.989)
Veículos		(917)	-	-	(32)	(949)
Móveis e Utensílios		(1.774)	-	-	(14)	(1.788)
		<u>(2.254.850)</u>	-	-	<u>(63.137)</u>	<u>(2.317.987)</u>
Em curso						
Imobilizado em andamento		58.352	(69)	3.607	-	61.890
		<u>58.352</u>	<u>(69)</u>	<u>3.607</u>	-	<u>61.890</u>
Arrendamento - IFRS 16						
Edificações	1,83	122	-	478	(218)	382
		<u>122</u>	-	<u>478</u>	<u>(218)</u>	<u>382</u>
Total do imobilizado		<u>408.622</u>	<u>(69)</u>	<u>4.085</u>	<u>(63.355)</u>	<u>349.283</u>

Reversão dos bens à União

Conforme a subcláusulas 2ª e 3ª da cláusula 11 do contrato de concessão nº 11/1997, assinado pela Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. e ANEEL em 12 de setembro de 1997, estabelece que no advento do termo, os bens e as instalações vinculados à concessão de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por fiscalização da ANEEL. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles realizados pela concessionária e efetivamente utilizados na geração de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

Abaixo é demonstrada a composição do intangível:

	31.12.2021	31.12.2020
Intangível em serviço		
Custo	5.158	5.158
Extensão de Concessão GSF (a)	281.192	312.474
Amortização	(4.896)	(4.690)
Total intangível em serviço	281.454	312.942
Intangível em curso		
Custo	13.245	12.534
Total intangível em curso	13.245	12.534
Total do intangível	294.699	325.476

A movimentação do intangível é conforme segue:

	Em serviço			Em curso	Total
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.236	(3.818)	418	8.432	8.850
Adições	-	(220)	(220)	4.303	4.083
Transferência	270	-	270	(270)	-
Extensão de Concessão GSF (a)	312.474	-	312.474	-	312.474
Reclassificação	-	-	-	69	69
Saldo em 31 de dezembro de 2020	316.980	(4.038)	312.942	12.534	325.476
Adições	-	(206)	(206)	430	224
Extensão de Concessão GSF (a)	4.237	(35.519)	(31.282)	-	(31.282)
Transferência	281	-	281	-	281
Saldo em 31 de dezembro de 2021	321.498	(39.763)	281.735	12.964	294.699

- (a) Com a repactuação do risco hidrológico – GSF e seguindo o que foi estabelecido na Resolução Normativa nº 895/2020, a ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.919, de 12 de agosto de 2021, homologou o prazo de 162 dias de extensão da outorga e o montante de R\$316.711, o qual está sendo compensados por meio do prazo de extensão da outorga. A Companhia já havia registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ R\$312.474, e efetuou o complemento de R\$4.237 no exercício findo de 31 de dezembro de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Compra de energia para revenda	51.027	50.711
Importação de energia	1.073.516	1.926.606
Encargo de Uso da Rede	9.064	5.687
Partes relacionadas (nota 14)	14.439	174.539
Materiais e serviços	40.586	41.198
Total	1.188.632	2.198.741
Circulante	1.188.632	2.198.741

Importação de energia

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia possui autorização para importação de energia da Argentina e do Uruguai. A energia importada é destinada ao mercado de curto prazo brasileiro, nos termos da Portaria MME nº 339/2018, em montantes estabelecidos pelo ONS – Operador Nacional do Sistema, no sentido de reduzir os custos de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional. O saldo de importação de energia em 31 de dezembro de 2021 refere-se aos volumes importados nos meses de novembro e dezembro. A liquidação deste saldo, bem como o saldo a receber de importação de energia relacionado (nota explicativa nº 6), ocorre nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, respectivamente.

12. Imposto de renda e contribuição social a pagar e outras obrigações fiscais

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL (a)	-	36.493
Total	-	36.493

- (a) Os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e compensar estão sendo apresentados líquidos entre ativo e passivo, considerando as antecipações de pagamento de IRPJ e CSLL. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou antecipações superiores ao imposto apurado a pagar ao final do exercício. Dessa forma, não apresenta saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as antecipações de pagamento de IRPJ e CSLL foi menor que o imposto a pagar, restando um saldo a pagar de R\$ 36.493 em 31 de dezembro de 2020).

A composição de outras obrigações fiscais está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	1.210	8.837
Contribuição para financiamento da seguridade social- COFINS	5.271	9.683
Programa de integração social - PIS	1.139	2.054
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	90	-
Imposto sobre serviços - ISS	118	-
Provisão de tributos sobre remessa ao exterior	2.322	-
Outros	156	687
Total	10.306	21.261

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos

A principal característica do contrato de empréstimo está descrita a seguir:

Empréstimos e financiamentos	Moeda	Taxa de juros nominal	Amortização	Ano de vencimento	Garantias	31/12/2021
Moeda estrangeira						
Scotiabank 4131	USD	1,49% a.a.	Parcela única	Abril de 2023	Fiança corporativa	175.021
Total moeda estrangeira						175.021
Total passivo circulante						470
Total passivo não circulante						174.551

A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	60.000	170.000
Variação cambial	85	4.551
Encargos financeiros provisionados	1.750	-
Encargos financeiros pagos	(1.365)	-
Amortização de principal	(60.000)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	470	174.551

Cláusulas restritivas (covenants)

As linhas de empréstimos contratadas não estão sujeitas a cláusulas de covenants financeiros.

14. Empréstimos com partes relacionadas -

A Companhia possui operações de mútuos vigentes com a Ampla (subsidiária do mesmo grupo) conforme detalhados a seguir:

Descrição	Valor	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Mútuo Ampla	140.724	Dezembro 2021	Janeiro 2022	CDI + 1,4%	Bullet	Bullet	Empréstimo com partes relacionadas/Capital de Giro	N/A

A operação foi contratada conforme as características aprovadas previamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 141.462, composto pelo valor do principal concedido de R\$ 140.724, e de atualização monetária de R\$ 738.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para processos judiciais e outros

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cíveis e ambientais, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	Saldo em 31/12/2020	Adições (reversões)	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Trabalhistas	89	877	623	(15)	1.574
Cíveis	551	462	24	(485)	552
Ambiental	5.571	-	686	-	6.257
Total	6.211	1.339	1.333	(500)	8.383

	Saldo em 31/12/2019	Adições (reversões)	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2020
Trabalhistas	3	76	13	(3)	89
Cíveis	51	527	2	(29)	551
Ambiental	4.994	-	577	-	5.571
Total	5.048	603	592	(32)	6.211

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Houve incremento na provisão trabalhista em razão de decisão em processo envolvendo verbas salariais diversas, a qual é objeto de recurso, com chances de mudanças em instâncias superiores.

Ambiental

Trata-se de ação civil pública ajuizada em 2001 pelo Ministério Público do Estado de Goiás questionando supostos danos ambientais decorrentes de aspectos técnicos, bem como do licenciamento do empreendimento, que remontam à época da instalação. Importa estabelecer a extensão e liquidação dos danos para devida compensação ambiental.

Riscos possíveis

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	4.389	4.041
Cíveis	1.459	1.387
Fiscais	22.178	21.333
Total	28.026	26.761

a) Trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda.

b) Cíveis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os casos cíveis englobam processos relacionados a pedidos de ressarcimento decorrentes de relações contratuais, bem como ações e arbitragens envolvendo questões contratuais, especialmente relacionadas a alegações de força maior com pedidos de redução da demanda contratada de energia, em razão da Pandemia Covid-19.

c) Fiscais

A principal causa fiscal considerada como possível pela Companhia refere-se ao processo relacionado a compensação de saldo de base negativa de CSLL. A Companhia ajuizou ação declaratória, com pedido de depósito do valor integral do débito, para discutir judicialmente a autuação da Receita Federal do Brasil sobre a compensação dos saldos de base de cálculo negativa apurados nos anos-base de 1998 e 1999. A Companhia aguarda o julgamento de seu recurso especial apresentado ao Superior Tribunal de Justiça e o montante do processo atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 20.495 (R\$20.240 em 2020).

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Trabalhistas	11	10
Cíveis	13	434
Fiscais	25.785	25.443
	<u>25.809</u>	<u>25.887</u>

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia possuía a seguinte composição acionária, para 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<u>Ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Enel Brasil S.A.	1.025.858.888	99,49%	1.888.659.832	99,67%	2.914.518.720	99,61%
Ações em Tesouraria	-	0,00%	4.346.357	0,23%	4.346.357	0,15%
Minoritários	5.261.772	0,51%	1.924.017	0,10%	7.185.789	0,25%
Total	<u>1.031.120.660</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.894.930.206</u>	<u>100,00%</u>	<u>2.926.050.866</u>	<u>100,00%</u>

b) Destinação de resultado

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	13.521	398.272
Reversão de dividendos prescritos	58	142
Realização do custo atribuído	15.936	24.964
Lucro ajustado	29.515	423.378
Dividendos mínimo obrigatório	7.379	-
Juros sobre capital próprio	-	11.500
Dividendos intercalares	-	145.200
Dividendo adicional proposto	22.136	266.678
	29.515	423.378

Em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 20 de abril de 2021, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2020 no montante de R\$ 398.272, acrescido da realização do custo atribuído (*deemed cost*), líquido de impostos, no valor de R\$ 24.964 e do montante relativo à reversão dos dividendos prescritos de R\$ 142, totalizando um lucro líquido ajustado de R\$ 423.378, sendo que desse montante já foram deliberados ao longo do exercício de 2021 o montante de R\$ 266.678 na forma de dividendos adicionais, entretanto, de forma a preservar a liquidez de caixa da Companhia em virtude da conjuntura econômica atual, foi solicitada postergação do saldo remanescente de dividendos relativos ao exercício de 2020 no montante de R\$ 125.616 para até 31 de dezembro de 2022.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a proposta de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório de R\$ 22.136 será submetida a deliberação em Assembleia Geral Ordinária, dessa forma, a Companhia somente reconhecerá a obrigação de dividendo a pagar no passivo, após a referida deliberação.

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio no exercício de 2021 é como segue:

31/12/2020	Efeito não caixa			Efeito caixa		31/12/2021
	Dividendos adicionais propostos	Dividendos mínimos	Dividendos prescritos	Dividendos pagos (a)		
368	266.678	7.379	(58)	(140.912)	133.455	

(a) Do total de dividendos pagos no montante de R\$ 140.912, R\$ 505 foram pagos aos acionistas minoritários.

31/12/2019	Efeito não caixa				Efeito caixa		31/12/2020
	Dividendos adicionais propostos	Dividendos intercalares	Juros sobre capital próprio declarados	Dividendos prescritos	Dividendos pagos	Juros sobre capital próprio pagos	
401	43.201	145.200	11.500	(142)	(188.292)	(11.500)	368

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído, sempre que houver lucro líquido suficiente na apuração do resultado do exercício findo.

Reserva legal

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei 6.404/76 onde a soma das reservas de capital e a reserva legal excedeu 30% do capital social.

c) Reservas de capital

As reservas para doações e subvenções para investimentos e reserva especial Lei 8.200, referem-se a reservas provenientes da cisão que originou a Companhia. Nesta cisão ocorreu a transferência de bens patrimoniais do sistema de geração da usina hidroelétrica de Cachoeira Dourada.

e) Reserva de reforço de capital de giro

O lucro remanescente (após destinações à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital subscrito, conforme os termos do artigo 22 do estatuto social da Companhia.

f) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas durante o exercício.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro disponível aos acionistas ordinários	4.765	140.348
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	8.756	257.924
	<u>13.521</u>	<u>398.272</u>
Número de Ações ordinárias	1.031.120.660	1.031.120.660
Número de Ações preferenciais	1.894.930.206	1.894.930.206
	<u>2.926.050.866</u>	<u>2.926.050.866</u>
Percentual por ação:		
Ações ordinárias	35,24%	35,24%
Ações preferenciais	64,76%	64,76%
Lucro por ação:		
Ações ordinárias	0,001628	0,047965
Ações preferenciais	0,002992	0,088147

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receita líquida

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita de serviços de parte relacionadas (nota 21)	571.644	286.548
Suprimento de energia elétrica	976.031	1.794.775
Outras receitas	-	2.444
Total da Receita operacional bruta	<u>1.547.675</u>	<u>2.083.767</u>
(-) Deduções da receita		
COFINS	(632.999)	(352.411)
PIS	(137.427)	(76.510)
Pesquisa e desenvolvimento	(7.680)	(5.260)
Reserva global de reversão	(6.249)	4.205
Taxa de fiscalização ANEEL	(2.418)	(1.939)
Compensação financeira utilização de recursos hídricos	(11.337)	(16.412)
Total de deduções de receita	<u>(798.110)</u>	<u>(448.327)</u>
Receita com importação de energia	6.809.564	2.556.420
Custo com importação de energia	(6.542.654)	(2.443.059)
Resultado operacional líquido com importação de energia	<u>266.910</u>	<u>113.361</u>
	<u>1.016.475</u>	<u>1.748.801</u>

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, entre novembro de 2020 e janeiro de 2021, a Companhia e Enel Trading negociaram a cessão onerosa de determinados contratos de compra e venda de energia da Companhia para a Enel Trading. Dessa forma, a redução da receita líquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está basicamente relacionada a referida cessão de contratos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Custo e despesas operacionais

	31/12/2021					31/12/2020				
	Custo do Serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do Serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e administradores	(16.782)	-	(10.422)	(2.693)	(29.897)	(17.273)	-	(12.650)	(2.145)	(32.068)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(7.994)	-	-	(7.994)	-	(976)	-	-	(976)
Provisão de processos judiciais e outros	(3.771)	-	-	(1.349)	(5.120)	-	-	-	(602)	(602)
Material	(1.086)	-	-	(331)	(1.417)	(1.507)	-	-	(395)	(1.902)
Serviços de terceiros	(14.299)	-	-	(445)	(14.744)	(302)	-	(76)	(4.237)	(4.615)
Serviços de terceiros partes relacionadas (nota 21)	(180)	-	-	(8.869)	(9.049)	(9.052)	-	-	-	(9.052)
Depreciação e amortização	(83.524)	-	-	(565)	(84.089)	(63.284)	-	-	(291)	(63.575)
Energia elétrica comprada para revenda	(734.155)	-	-	-	(734.155)	-	-	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas (nota 21)	(503.575)	-	-	-	(503.575)	(1.626.497)	-	-	-	(1.626.497)
Recuperação de gastos decorrentes da repactuação do GSF (a)	-	-	-	-	-	312.474	-	-	-	312.474
Transporte de potência de energia	(70.896)	-	-	-	(70.896)	(60.810)	-	-	-	(60.810)
Créditos de PIS e COFINS	721.028	-	-	-	721.028	382.469	-	-	-	382.469
Outras despesas	(21.429)	-	-	(549)	(21.978)	(9.795)	-	-	(3.632)	(13.427)
Total	(728.669)	(7.994)	(10.422)	(14.801)	(761.886)	(1.093.577)	(976)	(12.726)	(11.302)	(1.118.581)

- (a) Refere-se a gastos incorridos com GSF que serão recuperados por meio da extensão do prazo de concessão de acordo com a aprovação à adesão pela Companhia aos termos da Lei Federal nº 14.052/2020, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	11.319	10.378
Variações monetárias e cambiais ativas	93.072	30.927
Atualização monetária de mercado curto prazo - inadimplência	21.771	52.370
Atualização de depósitos judiciais	-	460
Operações de derivativos	21.066	-
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.574)	(3.017)
Outras receitas financeiras	755	926
Total da receitas financeiras	146.409	92.044
Despesas financeiras		
Atualização de impostos e multas	(1.980)	-
Variações monetárias e cambiais passivas	(252.915)	(3.289)
Juros provisionados sobre obrigações de arrendamento	(38)	-
Impostos sobre operações financeiras	(2.044)	(97)
Atualização de provisão para riscos cíveis	(1.333)	(592)
Garantias e fianças	(11.153)	(8.627)
Despesas com derivativos	(5.930)	-
Despesas bancárias	-	(18)
Operações de factoring	(6.182)	-
Atualização financeira GSF	(96.627)	(109.734)
Outras despesas financeiras	(890)	(260)
Total da despesas financeiras	(379.092)	(122.617)
Total resultado financeiro	(232.683)	(30.573)

O aumento do resultado com variação cambial deve-se substancialmente às transações de importação de energia ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

20. Impostos de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	21.906	21.906	599.647	599.647
Alíquota nominal dos tributos	25%	9%	25%	9%
	(5.453)	(1.972)	(149.888)	(53.968)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(261)	(90)	(421)	(152)
Incentivos fiscais	187	-	-	-
Remuneração das imobilizações em curso	(797)	-	(797)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	2.875	1.035
Outros	-	-	(43)	(16)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(6.324)	(2.062)	(148.274)	(53.101)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(25.692)	(9.324)	(78.748)	(28.358)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.581	7.049	(69.526)	(24.743)
Total	(6.111)	(2.275)	(148.274)	(53.101)
Alíquota Efetiva	27,90%	10,39%	24,73%	8,86%

Conforme o artigo 228 do Regulamento do Imposto de Renda, a alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre 100% do lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$20/mês.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balancos patrimoniais		DRE		DRA	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributos diferidos ativos						
Provisão para ações judiciais e regulatórias	2.075	1.341	734	400	-	-
Remuneração das imobilizações em curso	4.186	4.984	(798)	(795)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.980	372	2.608	333	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.144	6.844	-	-	(4.700)	6.711
Arrendamento - CPC 06 (R2)	145	10	135	(5)	-	-
Outras provisões	4.835	1.113	3.722	562	-	-
Total dos tributos diferidos ativos	16.365	14.664	6.401	495	(4.700)	6.711
Tributos diferidos passivos						
Repactuação do GSF (a)	(95.604)	(106.241)	10.637	(106.241)	-	-
Custo atribuído (deemed cost)	-	(8.209)	8.209	12.862	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(1.640)	(3.162)	-	-	1.522	(3.162)
Outras provisões	-	(1.383)	1.383	(1.385)	-	-
Total dos tributos diferidos passivos	(97.244)	(118.995)	20.229	(94.764)	1.522	(3.162)
	(80.879)	(104.331)	26.630	(94.269)	(3.178)	3.549

(a) Refere-se ao reconhecimento do passivo fiscal diferido calculado sobre a repactuação do risco hidrológico - GSF (Generation Scaling Factor), conforme descrito na nota explicativa nº 1.

A Administração da Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pela Companhia para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente.

Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização do ativo fiscal diferido da Companhia. O estudo de realização do ativo fiscal diferido é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

2022	2023	2024	2025	2026 a 2028	2028 a 2031	Total
14.051	207	207	207	1.069	624	16.365

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgações de partes relacionadas.

Os contratos foram firmados entre a Companhia e sociedades controladas, diretamente e indiretamente, pelo Grupo Enel no Brasil (“Companhias”), controlador da Companhia.

Natureza das operações	Partes relacionadas	Vigência	31/12/2021		31/12/2020		Receita (Despesa)	
			Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	2021	2020
(a)	Compartilhamento de Staff	Ampla Energia e Serviço S.A.	183	13	183	13	-	-
		CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	12	13	-	13	-	-
		COELCE - Companhia Energética do Ceará	1.527	144	1.527	144	-	-
		Enel Green Power Volta Grande S.A.	738	-	738	-	-	-
		Enel Brasil S.A.	1.452	1.900	19	-	-	-
		Enel Green Power Brasil Participacoes Ltda	-	-	1.445	5	-	-
(a)	Compartilhamento de Infraestrutura	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade De Sao Paulo S.A.	155	270	155	-	-	-
		CELG Distribuição Goiás	3.492	-	2.186	22	-	-
		Enel Brasil S.A.	-	-	-	1.599	-	-
		Enel Global Trading Spa IT	-	397	-	-	4	-
		Enel Green Power Spa	-	243	-	-	2	-
(b)	Mútuo	Dividendos	-	133.455	-	-	-	-
		Ampla Energia e Serviço S.A.	141.462	-	-	-	738	-
		Enel Green Power Spa	-	7.440	-	-	(7.440)	-
		Enel Brasil S.A.	-	48	-	-	(205)	-
(c)	Transporte de Energia	Comissão de Fiança	-	-	-	-	-	-
		Endesa SA	-	977	-	1.772	796	(1.177)
		Enel CIEN S.A.	-	261	-	433	(2.418)	(1.187)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	-	-	-	-	-	13.379
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade De Sao Paulo S.A.	-	-	-	-	-	2.602
Enel Green Power Volta Grande S.A.	1.582	-	-	-	1.582	(48.027)
Enel Trading Brasil S.A.	63.713	-	-	-	60.737	-
Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.	-	-	5.512	1.841	-	(24.726)
Avorada Energia S.A	-	-	-	84	-	(699)
Isamu Ikeda Energia S.A	-	-	-	-	-	(1.939)
Quatiara Energia S.A	-	-	-	271	-	(3.205)
Socibe Energia S.A	1.116	-	-	-	4.850	(4.233)
CELG Distribuição Goiás	15	1.098	-	1.076	(2.386)	(9.556)
Enel Green Power Emiliana Eólica AS	491	1.059	5.075	1.828	-	(12.453)
Enel Green Power Joana Eólica AS	333	-	4.463	485	-	(9.458)
Enel Green Power Pau Ferro Eólica AS	593	-	6.798	1.062	-	(14.541)
Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica AS	558	-	5.443	931	-	(18.226)
Enel Green Power Tacaicó	223	-	3.979	534	-	(8.218)
Enel Green Power Modelo I Eólica AS	585	-	6.656	1.347	-	(16.730)
Enel Green Power Modelo II Eólica AS	656	-	4.897	902	-	(13.372)
Enel Green Power Cabeça de Boi AS	-	-	-	656	-	(7.740)
Enel Green Power Dois Riachos Eólica AS	-	-	6.772	171	-	(1.334)
Enel Green Power Fazenda AS	-	-	-	609	-	(7.187)
Enel Green Power Delfina B Eólica S.A	4	-	4.401	1.299	-	(21.589)
<hr/>						
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 1 S.A.	-	-	937	4.071	-	(3.134)
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 2 S.A.	-	-	1.315	3.844	-	(2.529)
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 3 S.A.	-	-	1.247	3.966	-	(2.719)
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 4 S.A.	-	-	1.692	4.021	-	(2.329)
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 5 S.A.	-	-	2.290	3.812	-	(1.522)
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 6 S.A.	-	-	2.311	3.815	-	(1.504)
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 7 S.A.	-	-	517	3.032	7	(2.515)
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 8 S.A.	-	-	3.506	3.514	46	(7)
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 9 S.A.	-	-	9.135	5.704	60	3.431
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 10 S.A.	-	-	7.233	4.486	51	2.747
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 11 S.A.	-	-	7.954	4.934	59	3.020
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 14 S.A.	-	-	7.417	4.599	54	2.818
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 15 S.A.	-	-	8.470	5.258	62	3.211
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 17 S.A.	-	-	8.580	5.340	(33)	3.242
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 19 S.A.	-	-	5.614	3.460	(18)	2.154
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 20 S.A.	-	-	6.032	3.700	48	2.332
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 21 S.A.	-	-	5.405	3.310	43	2.095
Enel Green Power Ventos De Santa Angela ACL 12	-	-	1.963	1.141	(40)	822
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 13 S.A	-	-	1.936	1.125	(40)	811
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 16 S.A	-	-	2.145	1.247	(44)	898
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 18 S.A.	-	-	2.010	1.169	(41)	842
Total	219.810	147.482	172.930	174.539	62.212	(507.334)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

A Companhia possui contratos de compartilhamento de staff e compartilhamento de custos de infraestrutura.

O compartilhamento visa otimizar os custos operacionais das Companhias seguindo os critérios de rateio e alocação de custos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do artigo 12 da resolução nº 699/2016 e do despacho nº338 de 06 de fevereiro de 2019.

Por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, não constando no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

(b) Empréstimos concedidos

As operações de mútuos vigentes com subsidiárias do mesmo grupo, estão detalhadas na nota explicativa nº 14.

(c) Transporte de energia (encargo de uso do sistema de transmissão) e compra/venda de energia

O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS. Os contratos de suprimento de energia – CCEAR regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.030 (R\$ 3.041 em 2020). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

22. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em sintonia com a gestão financeira e melhores práticas para minimização de riscos financeiros, bem como observar os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de risco que podem afetar seus negócios:

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e depósitos em bancos e instituições financeiras. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a política de cobrança e negociação com os seus clientes, bem como pela política de gerenciamento financeiro administrado pela tesouraria da Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nas notas explicativas 4, 5 e 6.

b) Risco hidrológico

De acordo com os dados do ONS, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (“SIN”) é gerado por Usinas Hidrelétricas (“UHE”). A Companhia está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os resultados financeiros futuros da Companhia.

Valorização dos instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários registrados nas demonstrações financeiras estão contabilizados a valor de mercado.

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

	Categoria	Nível	31/12/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	1.157.435	1.157.435	588.537	588.537
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	20.493	20.493	58.191	58.191
Contas a receber	Custo amortizado	2	97.965	97.965	2.352.295	2.352.295
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	4.823	4.823	9.301	9.301
Depósitos vinculados a litígios	Custo amortizado	2	25.809	25.809	25.887	25.887
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.188.632	1.188.632	2.198.741	2.198.741
Obrigações de arrendamentos	Custo amortizado	2	576	576	410	410
Debêntures, empréstimos e financiamentos			175.021	154.650	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	6.993	6.993	20.131	20.131
Risco hidrológico - GSF	Custo amortizado	2	-	-	607.644	607.644
Cauções em garantia	Custo amortizado	2	27.426	27.426	36.438	36.438
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	133.455	133.455	368	368

Valor justo hierárquico

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Para a rubrica empréstimos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desse passivo e taxas de mercado vigentes, respeitando a particularidade do instrumento na data do balanço.

Instrumento financeiro derivativo

A estimativa do valor de mercado das operações de swap e NDFs foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 (anteriormente denominada BM&FBOVESPA) na posição de 31 de dezembro de 2021. O valor de mercado dos instrumentos financeiros (*swap* e NDFs) de 31 de dezembro de 2021, líquido, foi de R\$ 807 (R\$ 10.830, em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção das flutuações do câmbio e do fluxo de pagamento de importação de energia em moeda estrangeira e proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2021 havia um contrato de swap e 30 (trinta) contratos de NDFs de dólar a fim de diminuir a exposição às flutuações da moeda estrangeira conforme demonstrados a seguir:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência		Valor Justo 31/12/2021	Efeito Acumulado até 31/12/2021	
					Moeda Estrangeira	Moeda Local		Valor a receber /recebido	Valor a pagar/ pago
					31/12/2021	31/12/2021			
Contratos de derivativos:									
SWAP	Scotiabank	27/04/21	27/04/23	USD + 1,49% a.a. BRL CDI + 1,10% a.a.	USD 31.279	R\$ 170.000	715	715	-
NDF Ativo	Bradesco, Citi, Santander e BNP	03/11/21	14/02/22	USD x BRL 5,3141	USD 86.051	R\$ 470.661	4.823	4.823	-
NDF Passivo	Bradesco, BNP e Itaú	09/11/21	14/02/22	USD x BRL 5,4572	USD 79.774	R\$ 446.519	(4.731)	-	(4.731)

A seguir é demonstrada a movimentação dos instrumentos financeiros derivativos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos em 31 de dezembro de 2019	(391)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(10.438)
Movimentação Resultado	(3.152)
Liquidações	3.151
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(10.830)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	9.348
Movimentação Resultado	160.048
Liquidações	(157.759)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	807

Operações de NDFs

Os NDFs foram contratados para proteger os pagamentos de importações de energia dos efeitos da variação do dólar. O registro dos efeitos desse derivativo no resultado, conforme demonstrado nos quadros acima, acompanhou o registro do item protegido (resultado com importação de energia – nota explicativa nº 17).

Em 31 de dezembro de 2021, o resultado não realizado dos NDFs com vencimento em janeiro e fevereiro de 2022 totalizam posição ativa líquida no valor justo de R\$807 (R\$ 10.830 passiva 31 de dezembro de 2020) e a contrapartida deste montante está reconhecida diretamente no patrimônio líquido. O vencimento dos NDFs ocorrerá conforme descrito abaixo:

	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2021				
NDF USDxBRL	(92)	-	-	(92)
SWAP USDxBRL	-	16.117	4.466	20.583
	(92)	16.117	4.466	20.491

Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças na moeda estrangeira da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2021 estabelecida por meio das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada	Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
			Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
CDSA	SCOTIABANK 4131	17.620	57.371	39.751	90.403	72.783
CDSA	SCOTIABANK 4131 PA	(17.525)	(57.062)	(39.537)	(89.916)	(72.391)
CDSA	SCOTIABANK 4131 PP	20.061	24.342	4.281	28.530	8.469
		20.156	24.651	4.495	29.017	8.861

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota explicativa nº 11.

A análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap e NDFs da Companhia, está apresentado a seguir:

Indexador do contrato	Realista	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
CDI	20.061	24.342	4.281	28.530	8.469
DOLAR	(4.361)	(237.028)	(232.667)	(469.732)	(465.371)
Total	15.700	(212.686)	(228.386)	(441.202)	(456.902)

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

23. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Impostância assegurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	117.304	201.527
Responsabilidade civil geral	31/10/2021	31/10/2022	n/a	112.814
Responsabilidade civil de administradores - D&O	10/11/2021	10/11/2022	n/a	82.725
Riscos ambientais	31/10/2021	31/10/2022	n/a	131.934
Frota	30/07/2021	30/07/2022	n/a	1.000

Estão cobertos as subestações, lojas, escritórios, almoxarifados, parques, subparques, usinas, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

24. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia estão descritos conforme abaixo:

Obrigações contratuais	2022	2023	2024	Após 2025	Total
Serviços de logística	16.763	8.287	1.043	12	26.105

25. Eventos subsequentes

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 07 de janeiro de 2022 a Companhia recebeu da Ampla Energia e Serviço S.A. o valor referente ao mútuo no valor de R\$ 141.517, sendo R\$ 140.724 referente amortização de principal e, R\$ 794 referente a juros e correção.